

# Fernando Henrique diz que governo quer flexibilizar monopólio de alguns serviços

por Raquel Stenzel  
de Brasília

Durante mais de cinco horas em que debateu ontem com os senadores, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, respondeu a vários questionamentos, da quebra dos monopólios estatais garantidos pela Constituição à regulamentação dos fundos de pensão ou sobre a aplicação das reservas cambiais brasileiras.

Fernando Henrique tentou tranquilizar o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que manifestou apreensão com a possibilidade de o governo propor a privatização da Petrobrás e da Telebrás. O ministro garantiu que não está sendo sequer cogitada pelo governo a venda da Petrobrás, mas que está se buscando uma forma de flexibilizar o monopólio em alguns serviços. E citou como exemplo o transporte de gás natural. As propostas serão apresentadas pela própria Petrobrás.

O ministro também disse que está revendo a posição que adotou na Assembleia Constituinte, quando votou contra os contratos de risco para pesquisa e exploração do petróleo.

Em relação às telecomunicações, Fernando Henri-

que salientou que este setor não é tão essencial como o de petróleo e que em alguns países as empresas estatais concorrem com a iniciativa privada. Anunciou, também, que além do setor elétrico são possíveis de inclusão de privatização os portos, os transportes rodoviários, os aeroportos "e outros que a revisão constitucional venha permitir". Ele criticou duramente a colocação pelas empresas estatais, especificamente a Telebrás, de debêntures. No seu entender, isso é uma "falsa privatização" que lesa o patrimônio público.

## CRÍTICAS À POLÍTICA ECONÔMICA

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) foi o mais crítico em relação à política econômica. Ele cobrou uma ação contra a inflação e uma medida específica para controlar os fundos de pensão. E citou como exemplo a Petrobrás que, segundo seus números, repassou em dividendos para o Tesouro Nacional no ano passado cerca de US\$ 20 milhões, enquanto o fundo de pensão da estatal recebeu US\$ 260 milhões.

O ministro concordou que "há distorções" com os fundos de pensão e prometeu para muito breve

alguma medida regulando esta questão. "Está dependendo apenas de questões técnicas. O presidente da República está de acordo com esta medida" afirmou o ministro, acrescentando: "Os fundos são públicos, não podem ser usados para a especulação".

Fernando Henrique aproveitou a oportunidade para dizer que o segundo tempo do combate à inflação depende do ajuste fiscal que o Congresso Nacional venha a aprovar. "Feito isso o governo sabe o que fazer e vai fazer para que a inflação caia. Não antecipo as medidas porque dependem da profundidade do ajuste".

## ENTENDIMENTO SOBRE A REFORMA

"O nosso problema é político, não é econômico e não é técnico. Temos várias alternativas, mas nenhuma dará certo se não tomarmos uma decisão firme e correta, para que o

País sinta que há um caminho. A equipe econômica sabe o que fazer para acabar com a inflação", disse o ministro, ao responder a uma intervenção do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que fez um apelo no sentido de haver um entendimento mínimo em torno da revisão constitucional, segundo a repórter Lu Aiko Otta. Cardoso explicou que não há condições de governar sem ter definição em torno de pontos fundamentais. "É muito difícil fechar um acordo da dívida e atrair investimentos, se o ministro não pode dizer qual é a base tributária do País nem qual é o rumo que o Brasil tomará em questões fundamentais", disse ele.

O ministro anunciou que o governo está reavaliando a forma com que são concedidas as aposentadorias dos funcionários públicos, que já absorvem 60% dos gastos com pessoal.